

Leitura e Sociedade: O caso dos Agricultores do Sul do Brasil

SUZANA SPERRY *

Apresenta uma revisão da literatura sobre aspectos histórico-sociais que explicam os hábitos de leitura do povo, efetuando uma comparação com os agricultores do sul do Brasil. O agricultor brasileiro da Região Sul, que até as primeiras décadas do século XX tinha hábitos de leitura semelhantes aos dos moradores de áreas urbanas, não lê mais, e isso tem colocado dificuldades para sua inserção na sociedade moderna. Alerta para o perigo de os agricultores ficarem expostos apenas às informações transmitidas pelo rádio e pela televisão, o que pode levá-los ao analfabetismo funcional. Supõe que a alfabetização em massa sozinha não seria suficiente para desencadear hábitos de leitura; que seriam necessárias ações que preparassem os indivíduos para se conscientizarem de suas necessidades. Refere-se à mulher como elemento-chave para o diálogo no meio rural. Presume que o gosto literário do agricultor, em estado latente, poderia ressurgir se estimulado.

PALAVRAS-CHAVE: Hábitos de leitura

Trabalhadores rurais — livros e leitura

* Curso de mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, C. P. 15012, 91.500 Porto Alegre/RS.

1 INTRODUÇÃO

Na busca de um suporte histórico-social que explique os hábitos de leitura de um povo, faz-se necessário remontar às raízes da questão no século 18. Pela revisão feita por Gabriel COHN, 1973, na obra *Sociologia da Comunicação*, o gosto pela leitura começou a surgir “na Inglaterra com a consolidação das conquistas obtidas em duas revoluções do século anterior e, na França, com efervescência revolucionária” (HAUSER 1964, citado por COHN 1973 p. 54). Resumindo, os fatos que deram sentido à idéia de um público leitor, com preferências consideradas pela produção e pela difusão da cultura com base literária, podem ser citados:

- a expansão do comércio e da indústria;
- o processo de urbanização;
- a crescente importância da burguesia em contraposição à antiga sociedade cortesã;
- o deslocamento de oportunidades de lazer para essa população;
- a expansão da alfabetização;
- a gradativa incorporação das mulheres no círculo dos leitores.

Nesse mesmo período, distinguem-se na Europa dois fenômenos complementares: a ampliação qualitativa do público leitor e o aparecimento da figura do escritor, voltada para um mercado que lhe era oferecido por outra figura, também surgida na mesma época, a do editor empresário. Esse período marcou o declínio da produção cultural destinada ao consumo exclusivo da elite e o desenvolvimento de uma cultura popular fundada na difusão de fascículos e panfletos oriundos dos escalões inferiores da sociedade. A produção e o consumo cul-

tural foram nivelados em função de um novo público leitor, constituído por uma burguesia que poderia hoje ser identificada como "classe média".

No final do século VIII surge um novo tipo de leitor de classe média, composto por mercadores, comerciantes, lojistas e trabalhadores administrativos, que cresciam em importância no âmbito da sociedade. Aparecem também novas formas materiais para leitura: os jornais, revistas e as novelas. Essas primeiras manifestações de "nível cultural", dariam em nosso século sentido ao que se chama de "cultura de massa". Assim, na Inglaterra, a classe média constituiu na ocasião em um público novo e regular, que garantia a venda de livros necessária à manutenção dos escritores e de todos os envolvidos na comercialização de material bibliográfico.

Na época sustentava-se que os princípios de gosto literário deveriam ser universais, mas que a capacidade para seu julgamento estético era atributo de uns poucos. Admitia-se a presença de um público — a classe média; entretanto, postulava-se a necessidade de uma elite orientadora do gosto desse público e rejeitava-se a posição assumida no século anterior de que "Todos aqueles que dependessem do trabalho corporal para sua subsistência eram totalmente carentes de gosto".

A reorientação nas discussões estéticas mudou completamente o panorama: da ênfase à análise racional de obras passou-se para a avaliação da experiência do público. A noção de público passou a ocupar o centro das atenções. No período histórico anterior, a qualidade da obra era o núcleo da questão, agora estava ligada à exigência dos receptores. Essa avaliação já prenunciava uma idéia de crítica, por parte do público, que desencadeava uma opinião sobre o trabalho literário que lhe era oferecido.

A expansão do público leitor vinculou-se ainda a dois fatores básicos: o nível de escolaridade da população e a posse de recursos para a aquisição do material impresso. No século XVIII na Inglaterra, a escolaridade avançava mais rapidamente do que o aumento do público leitor, pois faltava leitura barata no mercado. Já na metade do século essa falta foi coberta pela presença de bibliotecas circulantes, especializadas no empréstimo de livros as quais incentivavam a leitura de obras de ficção. Porém, as bibliotecas restringiam-se apenas aos que podiam pagar pelos empréstimos.

Paralelamente a essas iniciativas, começaram a aparecer as bibliotecas públicas gratuitas que “contribuíam para reforçar os temores de massificação da cultura”, associadas a uma expansão quantitativa e à redução dos padrões qualitativos. A burguesia se perguntava “se os padrões de leitura ao se alastrarem entre os assalariados, (164) diminuiriam o seu gosto pelo trabalho” (LOWENTHAL & FISKE 1957, citados por COHN p. 61). No entanto, a temida “massificação” não se concretizou, pois o incremento da imprensa diária só ocorreu na segunda metade do século XIX. A exposição da maioria da população à leitura de jornais só foi observada na Primeira Guerra Mundial e apenas após meados do século XX a população teve amplo acesso aos livros. Na fase inicial da divulgação dos hábitos de leitura ficou bem marcada a afinidade entre a preocupação com a presença da “massa” e com a “massificação” cultural por um lado, e a expressão de interesses de classe, bastante primários, por outro. A preocupação com os efeitos da expansão dos meios impressos tinha se detido mais nos interesses sociais em jogo do que propriamente na área cultural. No caso das obras de ficção eram evidente as questões sociais, porém, no caso da imprensa periódica, surgiram questões políticas,

que envolviam interesses e aspirações de classes, mais sujeitas ao controle governamental.

2 HABITOS DE LEITURA DOS AGRICULTORES DO SUL DO BRASIL

Transportando-se a questão para fins do século XX e, mais precisamente, enfocando-a no ambiente rural brasileiro de hoje, percebe-se, em relação aos países mais avançados da Europa, um atraso de consumo cultural de quase dois séculos. Fazendo-se um retrospecto sobre os hábitos de leitura dos agricultores brasileiros, é possível identificar referências sobre o assunto apenas durante as três ou quatro primeiras décadas deste século. Porém, mesmo essas manifestações podem ser atribuídas à influência de costumes trazidos pelos imigrantes europeus que se radicaram no Sul do Brasil, constituídos principalmente de famílias de colonos alemães e italianos. Essas famílias costumavam circular entre si jornais recebidos da Europa e ler para os filhos livros de ficção ou religião, trazidos em suas bagagens.

Esses costumes dos colonos alemães não foram absorvidos pelos agricultores brasileiros da época porque, como afirma Jean ROCHE (1969 p. 654):

“Quando se fundaram as primeiras colônias na Serra, seu isolamento condenava os imigrantes a conservar o uso de sua própria língua. Sem contato com os elementos luso-brasileiros, não tinham nem necessidade nem ocasião de aprender o português”.

O mesmo autor refere-se à importância da publicações periódicas para o meio rural, no período da colonização:

“Convém estudar sua difusão no mundo rural, sua influência à evolução dos grupos teuto-brasileiros e seu papel na evolução da noção de grupo. Contribuíram para que os colonos sentissem que possuíam todo um patrimônio cultural. As publicações periódicas mais duradouras eram os almanaques, elitados por jornais, associações religiosas ou editoras específicas. A tradição foi iniciada em 1874 pelo **Koseritz deutsche Volkskalender fur Brasilian**, considerado o melhor e o mais rico em informações sobre o desenvolvimento da agricultura, economia e comércio das colônias e do Estado (ROCHE 1969 p. 661-787-9)”.

A edição do **Koseritz**, continuada por Gundlache e depois, por KRAHE & CIA. sob a organização de G. A. Azambuja, veiculava, conforme anúncio publicado em um de seus fascículos:

“... calendário, ephemerides astronomicas e uma infinidade de informações e indicações indispensáveis aos habitantes deste Estado, elle contem artigos de instrução popular, de historia riograndense, leitura recreativa, abundantes dados estatísticos, charadas, logogriphos, problemas, etc.” (AZAMBUJA 1906, p. 441).

Esse anuário apresentava um calendário com espaços em branco para anotações, o que o transformava em livro de registro especialmente importante para os agricultores, que aí registravam datas de nascimento, casamento, óbitos, vendas, compras, colheitas, preços pagos, datas de plantio, etc.

A respeito dessas publicações, GERTZ (1987 p. 71) afirma:

“Especialmente difundidos eram os ‘almanaques’, continham informações práticas e conselhos para diversas profissões e nas primeiras páginas, em

geral, havia um calendário muito prático, onde eram registradas as fases da lua e os signos que orientavam os agricultores em semeaduras e colheitas, além de possibilitarem anotações”.

Além desse almanaque, outros eram publicados especialmente para circulação na região rural, como por exemplo: para as colônias de alemães protestantes, o **Kaiender fuer die Deutschen in Brasilien**, desde 1881, o **Luther-Kalender fuer Sue damerika** e o **Das Schulbuch**, para as colônias e alemães católicos, o **Der Familien Freund** e o **Riograndense Marien Kalender**; sobre a história e a economia das colônias, desde 1887, era publicado o **Musterciter's Neuer Historisher Kalender**; sobre o ensino evangélico nas colônias, O **Lehserkalender** e, o **Serra-Post Kalender**, editado na própria colônia, reunia informações sobre folclore, usos e costumes (ROCHE 1969 p. 695, 787-9).

Após essas manifestações, não existem registros históricos, nem sobre hábitos de leitura dos agricultores, nem sobre publicações a eles destinadas. Apenas podem ser identificadas iniciativas, por parte de órgãos do governo, na área de publicações sobre técnicas de cultivo. Como, por exemplo:

“No Estado de São Paulo, os primeiros vestígios de uma comunicação dirigida especialmente ao agricultor datam de 1899, quando foi organizado o Serviço Agrônômico do Estado, com atribuições de direção e distribuição de publicações oficiais sobre agricultura em geral, bem como a publicação de uma revista sob o título “Boletim de Agricultura”. Em 1907 já estavam circulando regularmente 28 folhetos e publicações diversas e 28 periódicos. Em 1917, foram distribuídas 415.250 publicações”. (DIAZ BORDENAVE 1983 p. 23-4).

A partir da segunda metade da década de 70, começam a ser editados, com altas tiragens, por empresas do governo, documentos com recomendações de cultivo. Mas continua não havendo registros sobre a evolução de hábitos de leitura ou sobre a circulação de livros, jornais e revistas em zonas rurais. Ao contrário, as informações recuperadas sobre hábitos de leitura no meio rural são sempre de negação e de desestímulo:

“A falta generalizada de livros, revistas e jornais, o costume de estudar apenas em cadernos didáticos, o escasso estímulo para atividades intelectuais encontrados dentro das próprias famílias e, a ausência de qualquer atividade cultural na comunidade, limitam tal exercício ao recinto da escola”. (WEREBE 1970).

Dados mais recentes, recolhidos em enquete sobre atitudes e comportamentos de agricultores, realizada em dez municípios do Rio Grande do Sul, revelam que:

“O homem do campo não lê jornal, nem outra informação escrita qualquer. Quem lê é a mulher. É ela que mais lê na família, depois vêm os filhos. Contudo, a leitura no meio rural é insignificante” (SDA 1985, p. 48).

3 PARALELO COM OUTRAS POPULAÇÕES

Fazendo um paralelo entre o suporte histórico-social que explica os hábitos de leitura do povo em geral e a situação brasileira, apenas pode-se estabelecer algumas comparações com fatos ocorridos no meio urbano: coincidências cronológicas e factuais. Porém, o fenômeno do surgimento e da evolução dos hábitos de leitura, registrados nas nações mais avançadas da Europa desde há dois séculos, não guarda qualquer semelhança com a situação dos agricultores do Sul do Brasil. Salvo as

publicações distribuídas gratuitamente por órgãos do governo e pela instalação de algumas poucas escolas no meio rural, esses agricultores vivem em um período histórico que guarda semelhanças, isto sim, com a situação dos agricultores europeus do século XVII.

Parece que a proposição rejeitada no século XVIII pelos europeus ainda é válida para os homens que trabalham na agricultura brasileira de hoje: "Todos aqueles que dependem do trabalho corporal para sua subsistência são carentes de gosto" e portanto, parece também, que não merecem, não precisam e nem têm direito à leitura. Paulo FREIRE 1982 p. 46-7, opõe-se veementemente a esse tipo de afirmativa:

"Parece-nos que tais afirmações expressam uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação de seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir seu verdadeiro papel de quem procura conhecer. Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco. É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais".

O homem do campo, apesar de afeito quase que exclusivamente ao trabalho braçal, tem um gosto latente por determinado tipo de leitura que apenas não transpareceu porque não foi desenvolvido em decorrência de defeitos do próprio sistema que o cerca. Seguramente, se fosse beneficiado por uma política mais voltada para seus interesses, demonstraria gostos e preferências bem definidos. Faz-se necessário, portanto, orientá-lo para que tome consciência das vantagens e do prazer que a leitura lhe poderia trazer.

O sistema que cerca o agricultor brasileiro, ao contrário do que ocorreu no final do século XVIII na Europa, em vez de iniciar a "nívelação cultural" através de

jornais, revistas e novelas, isto é, pelos materiais impressos, tem penetrado sistematicamente no campo apenas através do rádio e da televisão (meios audiovisuais): "A leitura no meio rural é insignificante, mas a família ouve rádio e todos apreciam na TV as reportagens e os programas de interesse para o campo" (SDA 1985 p. 48). Com relação a esse fato, MORALES CAMPOS (1990 p. 5) afirma que a ausência de uso do material impresso e "... a exposição da população unicamente à informação proveniente dos meios audiovisuais, como o rádio e a TV, pode levar a situações graves de analfabetismo funcional e, à perda de habilidades para o mecanismo da leitura" forçando o homem do campo "quase regressar à origens da civilização, cujo meio de transmissão de informações foi o oral e o ideográfico".

Reflexos desse analfabetismo funcional e da perda de habilidade para interpretar caracteres impressos são observados pelos técnicos encarregados da transmissão de novas tecnologias aos agricultores e explicam, também, a rejeição do material impresso utilizado durante as abordagens. DIAZ BORDENAVE (1983) apresenta diversos exemplos das dificuldades que impedem a interpretação de mensagens. Algumas delas referem-se a questões de perspectiva:

"Qualquer criança urbana de 3º ano de escola sabe que, num quadro, as árvores que estão mais longe devem ser desenhadas menores que as que estão próximas do observador. Mas os habitantes das zonas rurais não têm porque saber disso. Não apresentam o conceito de perspectiva e de como deve ser feita a sua leitura".

A seqüência de imagens correntemente utilizada pelas histórias em quadrinhos é outro recurso não aceito

pelos agricultores, que não estabelecem uma lógica sequencial entre os quadros, interpretam e atribuem significados diferentes a cada imagem, isoladamente; outro problema de interpretação refere-se à ampliação de figuras — não são entendidas, como por exemplo, moscas com dimensões gigantescas; ou objetos não familiares, ou o uso de símbolos ou, ainda, a “personificação de animais”, muito utilizada nas histórias infantis, mas que não é admitida pelos camponeses, por não estarem acostumados a esse tipo de representação.

As dificuldades em interpretar as imagens impressas e a ausência de hábitos de leitura produzem, nos agricultores brasileiros em geral, a rejeição do material bibliográfico que lhes é oferecido, ainda que este se refira a técnicas agrícolas de seu interesse e que seja complementado por informações fornecidas durante reuniões. Essa constitui uma das maiores barreiras enfrentadas pelos técnicos do governo que atuam em programas de modernização rural. Para ilustrar a questão, é interessante reproduzir as palavras de uma socióloga da EMATER-RS: “É impressionante a quantidade de material que vai fora. Quando acabam as reuniões, ficam folhetos espalhados pelo chão, sobre as cadeiras e no lixo. Isso demonstra claramente o desinteresse do produtor, pois quando precisa realmente de informações vem pedi-las”.*

Voltando à questão da expansão do público leitor na Inglaterra do século XVIII, sabe-se que esteve vinculada ao nível de escolaridade e ao poder aquisitivo da população. As dificuldades atuais do público que “preferia ser leitor” no meio rural do sul do Brasil podem

* Entrevista prestada pela socióloga Carmen Lúcia FERREIRA, Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS — EMATER-RS, em 18/01/91.

ser consideradas semelhantes às que contribuíram para a expansão da leitura na Europa, porém, no sentido inverso, em virtude do baixo nível de escolaridade dos agricultores. Mesmo que soubessem (e a grande maioria não sabe) e que quisessem ler (e a grande maioria não tem interesse) e que tivessem material impresso disponível para compra (o que também não ocorre), não teriam condições de fazê-lo, porque seu poder aquisitivo é muito baixo. A maioria dos adultos que poderia ler não foi alfabetizada, "... o nível de alfabetização rural, que apresentava uma evolução maior do que a urbana em 1940-1950, vem decrescendo até nossos dias (WEREBE 1970).

Entretanto, no final do século XVIII, tanto na Europa como no Brasil, admitia-se a presença de um público leitor; porém, postulava-se a necessidade de uma elite orientadora para seu gosto. Nessa mesma época, a elite orientadora do sul do Brasil manifestou-se em relação ao homem do campo, através da publicação dos "almanaques". Cada um desses volumes reunia informações acessíveis a esse tipo de população, redigidas por estatísticos, metereólogos, economistas, agrônomos, historiadores, escritores e religiosos. Os intelectuais da época eram convidados a emprestar colaborações gratuitas, que assinavam com orgulho, para a constituição de cada volume anual.

O almanaque, aguardado a cada início de ano pelos agricultores e suas famílias, era acessível para a compra. Sua venda era centralizada na Capital do Estado, mas havia revendedores em diversos municípios do interior. Seu preço era facilitado aos leitores, pois a encadernação em forma de brochura custava a metade do preço da encadernada. Portanto, no meio rural do sul do Brasil nesse período, havia uma elite orientadora para o gosto

pela leitura, havia um público leitor, havia material impresso à disposição e um poder aquisitivo que permitia a sua compra.

4 CONCLUSÕES

Após o retrospecto sobre hábitos de leitura dos agricultores do sul do Brasil e da sua comparação com outros períodos históricos e com outras populações do mundo uma pergunta paira no ar: "No que se refere ao agricultor contemporâneo, onde está a elite orientadora do gosto do público pela leitura?". O consenso geral poderia justificar o desinteresse da sociedade pela questão culpando a ausência de educação formal no meio rural bem como a omissão do Estado para com essa população, o que sem dúvida, sob certos aspectos, é uma realidade. Mas outros elementos devem também ser considerados. Na opinião de FONSECA (1983):

"O desenvolvimento rural é resultante de várias forças complementares. A educação é uma delas mas, na ausência das forças complementares essenciais, a educação, e ainda menos a escola primária convencional sozinha não pode provocar um processo dinâmico de desenvolvimento rural. É totalmente irrealista preparar pessoas do meio rural unicamente para a vida rural. Para viverem como seres pensantes que saibam se defender, os rurícolas de hoje devem conhecer a fundo tanto a sociedade moderna, como a posição que lhes foi confiada nessa sociedade".

E, para que isso ocorresse, seria necessário que as ações do sistema que cerca o meio rural abandonassem o padrão vertical de comunicação que vêm adotando e evoluíssem para um diálogo participativo e problematizador que proporcionasse "... ao homem do campo a passagem de uma situação atual insatisfatória para outra

mais condizente com suas necessidades e aspirações de desenvolvimento como pessoas, como membros da sociedade e como produtores rurais" (DIAS BORDENAVE, 1983, p. 28-9).

A história mostra que a expansão do público leitor europeu, no século XVIII, esteve mais ligada aos interesses sociais em jogo do que propriamente à área cultural.

Conduzindo o raciocínio dentro dessa ótica, seria possível imaginar-se, por analogia, que a "futura elite orientadora" poderia alcançar indiretamente a área cultural através de ações que preparassem os indivíduos para atender aos interesses sociais em jogo e que os futuros leitores do meio rural "poderiam concordar em aderir à essas ações em busca de soluções para seus problemas de ordem teórica, econômica e social. Ora, se o interesse do governo refere-se a modernização e a um maior desenvolvimento econômico, suas ações deveriam ocupar-se em preparar também os membros da sociedade rural, inserindo-se, adequadamente e com proveito, em seus programas de desenvolvimento.

Para desencadear o processo, as reivindicações deveriam partir das próprias comunidades rurais, mas, para que isso ocorresse, seria necessário despertá-las, isto é, tirá-las de seu torpor, proporcionando-lhes atividades semelhantes às que, no século XVIII, foram oferecidas à população européia e que ajudaram a forjar a idéia de um público leitor, com gostos e preferências a serem posteriormente considerados pela produção e pela difusão de uma cultura de base literária.

Repetindo as palavras que Gabriel COHN (1973 (1973 p. 54) utilizou para se referir aos fatos que há dois séculos deram sentido à idéia de um público leitor, poder-se-ia imaginar a aplicabilidade prática das seguintes medidas no meio rural atual: "deslocamento para a

área rural de oportunidades de lazer, a expansão da alfabetização e, a gradativa incorporação das mulheres no círculo dos leitores". Na opinião de técnicos em desenvolvimento rural, a terceira medida, "gradativa incorporação das mulheres no círculo dos leitores", deveria ser encarada com especial atenção, pois os resultados de trabalhos executados mostram que a mulher é elemento-chave para o diálogo, (além de ser a única que ainda mantém algum hábito de leitura no meio rural). Para ilustrar essas afirmativas, pode-se transcrever um paralelo entre o comportamento de homem e de mulheres do campo, efetuado por uma equipe de pesquisadores:

"Os homens do minifúndio, de modo geral, apresentam uma tendência ao desânimo, têm uma atitude de aceitação dos reveses e das frustrações; não são questionadores; não são reivindicadores e acreditam que "no ano que vem as coisas vão melhorar", não por otimismo mas sim por conformismo; são muito cobrados pelas mulheres, devido à atitude que adotam frente aos problemas que afetam a economia familiar; decidem menos que as mulheres, sempre consultam e combinam com elas o que vão fazer. As mulheres do meio rural são práticas, muito objetivas e dotadas de bom senso. Quando têm discernimento bastante para perceber situações e fatos, posicionam-se com firmeza e assumem uma postura crítica sobre os acontecimentos que afetam a vida da família; mantêm um clima de entusiasmo e de elevada moral; mobilizam a família para as atividades; dão ânimo e encorajam a assumir encargos; centralizam a atividade familiar e têm forte ascendência sobre os maridos, "empurrando-os na direção daquilo que acham certo" (SDA 1985 p. 44).

A origem européia da maioria dos agricultores do sul do Brasil provavelmente facilitaria a promoção de hábitos

de leitura no meio rural, porém, a eficiência do diálogo deverá estar muito ligada às características específicas da população, as quais variam de região para região, conforme seu país de origem. Como exemplo dessas características específicas, pode-se citar o depoimento de uma especialista em organização rural, sobre o assunto:

"Aqui no sul, a mulher rural tem uma visão geral de seu ambiente de trabalho, tem controle da comunidade e da família. Porém, seu poder de decisão apresenta níveis diferentes conforme a região em que vive. A mulher de origem alemã, tem forte poder de organização, nessas regiões o marido admite publicamente que vai consultar a mulher para tomar uma decisão, mas nas regiões de colonização italiana e portuguesa, as mulheres sofrem o domínio dos homens".*

A partir do momento em que oportunidades de lazer e de educação se estabelecem, provavelmente o processo seguiria seu curso normal e a própria comunidade desenvolveria forças para propor suas reivindicações. Experiências nesse sentido já foram postas em prática, superando as expectativas previstas nos programas iniciais. Como exemplo, pode-se mencionar o que foi relatado pela mesma pesquisadora mencionada:

"Por solicitação de mulheres e jovens criamos um programa de recreação no meio rural. A partir de 1979-1980, foi incrementado o trabalho com jogos, envolvendo a família desde a criança até o homem. No início, se pretendia educar através da recreação, mas se alcançou outro resultado: o de educar para a vida, todas as questões de organização da comunidade, mobilização, organização de grupos, crescimento político, passaram a ser feitas

* Entrevista prestada pela Dra. Deolinda Cecília PICKLER, responsável pelo Setor de Organizações Rural da EMATER-RS, em 28/01/91.

em conjunto pela família. Foram recebidas mudanças de comportamento com o exterior passaram a receber pessoas de outras comunidades, a entrar em contato com as autoridades, construíram quadras de esporte e poços artesianos. Esses trabalhos criaram neles necessidades e hábitos novos. Infelizmente, essa experiência tão importante, não foi levada adiante e foi insuficiente explorada pela EMATER.

Sintetizando, afirmou-se que os agricultores do sul do Brasil, que já possuíam hábitos de leitura até as primeiras décadas deste século, interromperam esses hábitos, o que tem desencadeado dificuldades para sua inserção na sociedade moderna. Presume-se que seu gosto literário, em estado latente, poderia ressurgir se estimulado e que esse estímulo poderia ser alcançado através de ações que atendessem ao mesmo tempo aos interesses sociais em jogo e a seus problemas de ordem teórica, econômica e social.

Afirmou-se ainda que a reivindicação de ações que viessem a enriquecer e a formar no agricultor o gosto pela leitura deveriam partir deles próprios, já conscientizados de suas necessidades. A propósito da reativação desse gosto pela leitura que se presume latente nos agricultores, poder-se-ia citar um pensamento de SCHUCKING 1961 (citado por COHN 1973 p. 73): "Não é em regra, o gosto que se transforma em um novo, mas outros que se tornam portadores de um novo gosto".

Reading and society; the case of agricultural workers in Sout Brazil

Review of the literature on historical and social factors that explain the reading habits of the population, comparing them with those of

agricultural workers in South Brazil. These workers, who used to have reading habits similar to those of the urban population until the early decades of this century, do not read any more. It is believed that if properly stimulated such habits could be resumed.

Recebido para publicação em 18/10/91.

BIBLIOGRAFIA

- AZAMBUJA, G. A. de, org. Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o anno de 1906 — anno XXII. Porto Alegre, Krahe & Cia., 1906. 441 p.
- COHN, G. Sociologia da Comunicação: Teoria e ideologia. São Paulo, Pioneira, 1973. 176 p.
- DIAZ BORDENAVE, J. E. O que é a comunicação rural. São Paulo, Brasiliense, 1983. 104 p.
- FONSECA, C. Um estudo de antropologia aplicada a um projeto de educação popular para um grupo de trabalhadores sem terra no interior de Minas Gerais. Porto Alegre, UFRGS — Antropologia, 1983. 197 p.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 6 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 93 p.
- GERTZ, R. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. 204 p.
- HAUSER, A. História social dela literatura y el arte. 3 ed. Madrid, Guadarrama, 1964. p. 53, citado por COHN, G. Sociologia da comunicação: teoria e ideologia. São Paulo, Pioneira, 1973. p. 54.
- LOWENTHAL, L. & FISKE, M. The debate over art and popular culture in Century England. In: LOMAROWKY, M. org. Common frontier in the social sciences. Glencoe, Free Press, 1957. p. 95, citado por COHN, G. Sociologia da comunicação: teoria e ideologia. São Paulo, Pioneira, p. 61.
- MORALES CAMPOS, E. Sociedad e información. San Jose, AIBDA/ IICA, 1990. 13 p. Apresentado na 9(166) Reunión Interamericana de Bibliotecários y Documentalistas Agrícolas.

ROCHE, J. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. 2v.

SDA PESQUISAS MERCADOLÓGICAS LTDA. Estudo qualitativo sobre atitudes e comportamentos de produtores agropecuários e seus familiares em relação à EMATER. Porto Alegre, SDA, 1985. 52 p.

SCHUCKING, L. L. Sociologie der leterarisschen geschmacksbildung. 3 ed. Berna, Franke Verlag, 1961, p. 25, citado por COHN, G. Sociologia da comunicação: teoria e ideologia. São Pioneira, 1973 p. 73.

WEREBE, M. J. G. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. 4 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 269 p.